

## A Sistematização dos discursos em Aristóteles

*Prof. Antônio Alves de Carvalho*

Dentro da sistematização da razão no Ocidente, Aristóteles ocupa um lugar proeminente. Conjuntamente ao seu mestre Platão, forneceu as categorias sobre as quais se solidificará um dos principais paradigmas do mundo ocidental. O idealismo platônico e o realismo aristotélico[1] ainda são fontes inspiradoras para muitos que se arvoram nos campos das várias formas de saberes.

Esquecido, admirado ou recusado ao longo desses vinte e três séculos, aproximadamente, ninguém pode negar-lhe os méritos de ter sistematizado pela primeira vez no Ocidente uma metodologia científica, deixando o campo aberto para os que vieram depois.

O que se segue é a exposição de como se estrutura(m) o(s) discurso(s) filosófico(s) em Aristóteles[2] e não do seu sistema. Seguiremos os passos indicados pelo próprio filósofo e seus comentadores atuais e isto de forma breve, pois o tema por si só requereria mais que um simples artigo. No pensamento de Aristóteles, a filosofia é colocada pela primeira vez como uma ciência inserida em um sistema global do saber; em tal sistema, a filosofia, na sua acepção específica de metafísica, está no cume, e assinala para as outras ciências os seus confins e suas conexões[3].

Uma esquematização rigorosa das obras de Aristóteles[4] - o Corpus Aristotelicum – requer um trabalho à parte, mas grosso modo, se distribuem em quatro grupos: escritos de lógica (organon = instrumento): Categorias, Interpretação, Primeiros Analíticos, Segundos Analíticos, Tópicos e Elencos Sofísticos; escritos de filosofia da natureza (física): Física, O Céu, Nascimento e Morte, Meteorologia, História dos Animais, Geração dos Animais, Partes dos Animais, Movimentos dos animais, Locomoção dos animais, A alma, O sentido, A memória; escritos de filosofia primeira em quatorze volumes, denominados por Andrônico de Rhodes, de Metafísica; obras de ética e política, poética e retórica: Ética a Eudemo, Ética a Nicômaco, A política e A retórica. Existem outras obras atribuídas a Aristóteles, mas são de caráter duvidoso[5].

Aristóteles é visto na história da filosofia como o filósofo que estabeleceu o tipo de racionalidade praticada no Ocidente. Aspectos unívocos, imprecisões e falta de conclusividade na linguagem filosófica anterior ao estagirita não são raras (que nos perdoem Parmênides e Platão!). Mas que tipo de racionalidade é aquela estabelecida por Aristóteles? Sabemos que este autor foi e é capaz de influenciar a vida de quem nem sequer o estudou. Seu discurso está disseminado de tal forma na linguagem científica hodierna que é impossível eliminá-lo.

A partir da década de 30, muitos pensadores começaram a romper com esquemas tradicionais elaborados pela modernidade que enquadram Aristóteles no grupo dos que não tinham mais nada a dizer. Descobriram que esse filósofo é bem mais problemático e abrangente do que se pensava e não se sabia tudo o que ele pretendia com seu sistema e método, que vão além de um discurso puramente analítico-sistematizador[6].

Na pesquisa filosófica contemporânea, ocorre “a redescoberta das diversas formas de racionalidade praticadas por Aristóteles... O primeiro foi Chaim Perelman que, da insatisfação com o formalismo lógico (...), foi levado ao entrever na retórica de Aristóteles a lógica do discurso não formalizável, isto é, ético, político e jurídico, que virá a ser o discurso concernente à vida dos homens... Hans Gadamer indicou na *phronesis* teorizada por Aristóteles... a forma mais elevada de saber prático, o modelo epistemológico da hermenêutica... Na ‘nova Epistemologia’, Paul Feyerabend... se serve de Aristóteles... além das intenções deste último, em sua incessante polêmica contra Galileu; o grupo de norte-americanos (R. S. Crane, Richard P. Mekeon, Elder Olson, da Universidade de Chicago), sustentam a necessidade de aplicar às investigações métodos críticos diversos; no wittgensteiniano G. H. Von Wright... contrapondo à ‘explicação’ mecanicista a compreensão teleológica, se reporta também ele à física, além de à ética, de Aristóteles... Na França... filósofos como Jacques Derrida e Jean François Lyotard, os maiores porta-vozes do ‘pós-moderno’, não desdenham de reportar-se a Aristóteles justamente pelo motivo da ‘polissemia do ser’ que está na base do pluralismo metodológico e epistemológico do filósofo grego”[7]. No Brasil, merece atenção Olavo de Carvalho com a Teoria dos quatro discursos[8].

A partir da análise da Poética, da Retórica e do conjunto das obras que compõem o Organon é possível verificar em Aristóteles a presença de vários discursos (sermões) filosóficos, que são em essência modos de dizer o ser. Uma breve incursão por estas obras nos permitirá esclarecer algumas questões levantadas. Em um crescendo, iniciaremos pela Poética, seguida pela Retórica; trataremos da dialética nos Tópicos e finalizaremos com uma breve consideração das Categorias[9].

Aristóteles se refere à arte em várias passagens de suas principais obras[10], mas dedica duas delas especificamente para tal fim: a Poética e a Retórica[11]. Antes de citarmos tais obras, somos obrigados a tratar rápida e genericamente da arte. Como é sabido, Platão na República desaconselha a arte como instrumento da Paidéia, afirmando que essa forma de linguagem e de produção humana imitativa exasperam a paixão dos súditos e os desviam do caminho da contemplação das verdades eternas[12].

Aristóteles rompe com a concepção platônica de filosofia como exercício de sabedoria e ascese rumo às idéias eternas e coloca a arte no seu devido lugar, isto é, algo mais que imitação (*mimesis*) da natureza que implica um “logos inventivo”, isto é, criador que completa “aquilo que falta à natureza”. “Permite realizar-se isso que a natureza não é capaz de fazer plenamente” (Física, II, 8, 199 a 15) .

Aqui a arte se aproxima da técnica, de algo que não existe ainda, que não é dado, ou atualizado pela natureza, a razão humana é capaz de calcular, projetar: "... segue-se que a arte é idêntica a uma capacidade de produzir que envolve o reto raciocínio. Toda arte visa à geração e se ocupa em inventar e em considerar as maneiras de produzir alguma coisa que tanto pode ser como não ser, e cuja origem está no que produz, e não no que é produzido... a arte não se ocupa nem com as coisas que são ou que se geram por necessidade, nem com as que o fazem de acordo com a natureza (pois têm sua origem em si mesmas) (Ética a Nocômaco, 140 a 10-15).

O que nos interessa na presente consideração é mais o discurso da arte como também revelador do ser, isto é, como linguagem dotada de racionalidade. Em vários pontos, Aristóteles assinala essa dimensão da arte como resultado da virtude calculadora da razão, tendo sua origem na relação direta da razão com a realidade: "...Enquanto os outros animais vivem com imagens sensíveis e com recordações, e pouco participam da experiência, o gênero humano vive, ao invés, também da arte e de raciocínios: to dè ton antropon genos kai tékne kai hogismois) ... A experiência ... se assemelha à ciência e à arte: com efeito, os homens adquirem ciência e arte através da experiência. A experiência... produz a arte, enquanto a inexperiência produz o puro acaso. A arte se gera quando, de muitas observações de experiências, se forma um juízo geral e único referível a todos os casos semelhantes (Metafísica, I 1, 908 b 25; 981 a 5).

A Poética e a Retórica são obras nas quais Aristóteles se ocupa exclusivamente da questão artística na sua dimensão de discurso e narrativa.

A Poética que, originalmente, constava de dois tratados só nos chegou aquele referente à poesia trágica, dividido em vinte e seis capítulos.

Qual a carga ontológica da Poética? Até que ponto possui uma racionalidade? Aristóteles deixa de forma clara estas questões na relação que faz entre o discurso poético e o histórico: "...Não é ofício do poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem versos ou prosa... diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular. Por referir-se ao universal` entendo em atribuir a um indivíduo de determinada natureza, pensamentos e ações que, por liame da necessidade e verossimilhança convém a tal natureza; e ao universal, assim entendo, visa a poesia" (Poética, IX, 145b).

Assim, a poesia é, a seu modo, uma linguagem reveladora do ser. Não do ser enquanto realidade do que é ou foi, mas enquanto pura possibilidade. A verossimilhança é o seu objetivo e não a verdade de fato. Relacionando a finalidade do discurso poético com a dimensão analógica do ser atribuída por Aristóteles, nos auxilia a compreender tal polissemia: “o ser se diz de vários modos” (Física, I 2, I 85 a 21). O ser, aquilo que é, sendo concebido como *sumum analogatum*, conseqüentemente a linguagem que o expressa assim também o é. O projeto, o cálculo elaborado pela *vis criatrix* da razão após inúmeras experiências são entes *rationis* expressáveis da arte. A poesia revela um modo (aspecto) do ser e seu instrumento é a metáfora. Esta permite o jogo, a troca de um aspecto pelo outro da realidade de que se trata: “a metáfora consiste no transportar para uma coisa o nome de outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou da espécie de uma para a espécie de outra, ou por analogia.

Esses aspectos apontados por Aristóteles na arte poética por um lado indicam-lhe o aspecto de racionalidade e, por outro, salva aquela dimensão não definível, mas dizível, que a arte em geral capta na sua explicitação verbal[13].

Das metáforas, a analogia é a mais rica, pois permite, por semelhança, substituir um termo pelo outro: “Há analogia quando o segundo termo está para o primeiro na igual relação em que está o quarto para o terceiro... neste caso, o quarto poderá substituir o segundo, e o segundo o quarto. E algumas vezes os poetas ajuntam o termo ao qual se refere a palavra substituída pela metáfora. Por exemplo: a ‘urna’ está para ‘Dionísio’, como o ‘escudo’ para ‘Ares’, e assim se dirá a urna ‘escudo de Dionísio’, e o escudo, ‘urna de Ares’. Também se dá a mesma relação entre a velhice e a vida e, ... entre a tarde e o dia; a tarde será denominada ‘velhice do dia’, ou ... a velhice ‘tarde da vida’ ou ocaso da vida” (Poética XXI, 130). Quando se esgota a possibilidade de relação analógica então inicia-se outra metáfora, o que dá ao poeta um recurso infundável de expressão.

Dessa breve consideração sobre o discurso poético, conclui-se que este possui uma certa racionalidade por ter como objeto o possível, isto é, um universal, que mesmo não sendo a verdade efetiva das coisas, aponta para tal fim através da verossimilhança. (Poética, 9, 1451 a 36-b 11)

O aspecto de racionalidade revelado no discurso artístico é mais explícito nas considerações que Aristóteles faz sobre a retórica.

A retórica, como ciência do discurso, é a mais antiga disciplina relacionada à linguagem; remonta ao V século a.C. Tem suas origens na Magna Grécia – Sicília – desenvolvendo-se a partir dos processos sobre os direitos de propriedade agrária.

Entendida, originariamente, como arte da eloquência, encontrou em Atenas seu auge com Empédocles, Coraces e Tísias, que são também os primeiros retores, seguidos pelos sofistas; sobretudo Górgias. Neste período, a retórica é tida como arte de persuasão e portanto caracterizada pelo seu aspecto pragmático.

Platão irá se opor aos sofistas que davam ao discurso retórico um valor exclusivamente formal (Górgias 464 d-e), isto é, sem relação com a realidade objetiva. Sendo, pois, adversário destes, rejeita uma retórica (logografia) que tenha por objeto nada além da verossimilhança, vale dizer a ilusão e a adulação; e lhe contrapõe uma retórica filosófica, a dialética (psicagogia), que tem por objeto o verdadeiro e pressupõe um diálogo autêntico com o outro, baseado no conhecimento da alma humana, do justo, do belo, e do bem (Fedro, 269-277).

Aristóteles seguirá Platão na sua postura tensa com os retores, tanto sofistas como não sofistas (Isócrates, etc), o que acabou por produzir uma retórica própria, de cunho filosófico, com uma argumentação racional explícita. Platão dá as indicações e Aristóteles as realiza com o seu senso realista.

Através da História da filosofia sabemos que os sofistas e também outros importantes personagens haviam colocado a Retórica como a linguagem por excelência da Paidéia, não só em Atenas como em toda a Grécia. Os objetivos que a filosofia tinha para Platão colocam-no em guarda. A retórica de que era mestra Isócrates, e que já a ensinava com prestígio quando Platão começava a ocupar-se de filosofia, parecia uma perigosa aliada dos sofistas. As objeções que Platão irá fazê-la têm como motivação o desejo de verdade profunda e o desprezo diante dos triunfos vãos e momentâneos do retórico.

Platão não nega em absoluto a razão de ser da retórica (Fedro), nega-lhe, no entanto, o direito exclusivo de ensinar, pois esta não serve para o ensino mais perfeito, pois só pode conhecer o vulgo por meio de uma exposição mediante relato ou mito. A diferença essencial entre retórica e filosofia está na finalidade que perseguem, a primeira se conforma com o verossímil e a segunda busca a verdade.

Foi em temas de retórica que Aristóteles lançou-se como escritor, compondo o Grilo[14], que logo lhe valeu, por parte de Platão, o encargo de dar lições sobre essa matéria no âmbito da Academia. Aristóteles mantém-se fiel aos ideais platônicos presentes no Fedro, isto é, a retórica deve estar a serviço dos valores do verdadeiro, do justo e do bom e não sobre os sentimentos[15]. Porém, Aristóteles aporta algo novo ao discurso retórico, reconduzindo-o para o âmbito das formas de conhecimento, dando-lhe uma forma lógica específica (o silogismo abreviado – o entimema) tirando-o do campo da empiria, transformando-o em técnica, isto é, em arte. Uma das formas possíveis de discurso válido. Deve-se acrescentar ainda algo implícito na posição aristotélica decorrente da sua concepção do conhecimento humano diverso daquele platônico, isto é, o pensamento como potência que se atualiza de vários modos, em discursos que expressam modos de relação do intelecto humano com as

realidades (seres) seja no seu estado de permanência, dando a ciência como tal, seja no relacionamento com os fatos (também seres, ou modos de ser) concretos da vida em sociedade, dando-nos discursos que não são puras empirias, mas técnicas. Este dado permite a Aristóteles considerar não só o destino, o objetivo do discurso retórico, mas também sua forma e a própria faculdade que o produz. Assim, podemos dizer que o estagirita “cede” sempre em favor da realidade, o que lhe permite colher a utilidade e descobrir os meios dessa forma de racionalidade: “Tanto o verdadeiro como o verossímil é próprio da mesma faculdade vê-lo, já que por igual os homens são suficientemente capazes de verdade e a alcançam na maioria das vezes. Por isso ter hábito de conjectura diante do verossímil é próprio também daquele que tem o mesmo hábito em relação à verdade.” (Retórica, I, 135 a 15)

Na vida em sociedade o homem é levado a escolher, convencer, acusar, defender-se e decidir. São fatos normais do cotidiano, revestidos de uma linguagem própria que mesmo não sendo aquela rigorosa da ciência como acenamos, se assemelha a ela, pois tende ao verdadeiro. Afinal, o que vem a ser o discurso retórico ou arte retórica e de quantas espécies são? “A retórica é a faculdade – diz Aristóteles – de descobrir em todo o assunto o que é capaz de persuadir. Esta, com efeito, não é a função de nenhuma arte, cada uma das artes tem em vista o ensinamento e a persuasão sobre o próprio objeto: a medicina, sobre os casos de saúde e de enfermidade, a geometria sobre as propriedades da magnitude, a aritmética sobre os números e de modo semelhante as demais artes e ciências. A retórica, ao invés, parece poder descobrir os meios persuasivos, por assim dizer, sobre qualquer assunto.” (Retórica, A2, 1355 b 26-34)

A estrutura lógica da retórica se assemelha à dialética e quanto ao conteúdo se aproxima da ética e da política. No início do primeiro livro, Aristóteles relaciona a retórica e a dialética dentro do procedimento discursivo: “A retórica é correlativa à dialética. Ambas tratam de coisas que de certo modo são de conhecimento comum a todos e não correspondem a nenhuma ciência determinada. Por isso, em certo modo, participam de uma e de outra, já que todos até um certo ponto buscam examinar ou resistir a uma razão e defender-se e acusar” (Retórica I, 1354 a 56); “a retórica é como um ramo da dialética e da ciência dos costumes, que se denomina, justamente, política” (ibdem, A2, 1356 a 25-27).

Nestas duas passagens, torna-se claro que Aristóteles admite a variedade de discursos válidos nas relações humanas. O campo da retórica, como o da dialética, não é o das proposições apodícticas, mas aquele da verossimilhança e da probabilidade que botam da opinião comum aceitas pela maioria. “Ambas – retórica e dialética – não se aplicam a um objeto determinado, mas se aplicam a todas as matérias, diferindo da racionalidade apodíctica que possui matéria própria. São métodos propriamente ditos, não sendo determinados por nenhuma matéria ou fim específicos. Seu objeto consiste em selecionar e justificar enunciados prováveis com o objetivo de constituir raciocínios sobre assuntos que não podem ser tratados de modo científico.

Assemelham-se pelo fato de não exigirem nenhuma competência especial, pois não se referem a um gênero determinado. Pertencem ao âmbito do comum. Não usam princípios especiais, ou seja, não requerem do ouvinte conhecimentos científicos, precisos. Consideram os contrários e examinam os prós e os contras das proposições”[16].

O entimema constitui tanto a “ferramenta” da dialética quanto da retórica que é um ramo daquela.

Quando tratarmos do discurso dialético, tornar-se-á claro a diversidade entre as duas modalidades.

O discurso retórico é constituído de argumentos persuasivos técnicos e os não técnicos, isto é, sem arte. Estes são aqueles que já se encontram à disposição do orador; já são dados de antemão, sem a pesquisa intelectual. São as testemunhas, as confissões obtidas sob tortura, documentos e convenções. Os argumentos técnicos são aqueles adquiridos mediante método e podem ser dispostos por nós, isto é, inventados[17].

Existem três espécies de argumentos técnicos à disposição do orador, seguindo o objetivo que ele propor: “uns residem no próprio orador, outros em colocar o ouvinte em disposição, outros no próprio discurso, através do que demonstra ou do que aparenta demonstrar” (Retórica, A2, 1346a)

Para o nosso objetivo, é suficiente o terceiro, pois trata-se das argumentações lógicas que levam à persuasão, os entimemas[18].

As argumentações abreviadas – os entimemas – baseiam-se em premissas cujo conteúdo são as convicções comumente aceitas e não em princípios científicos. Tal forma abreviada de argumentação exclui tanto a apoditicidade do discurso analítico, assim como as exigências críticas do discurso dialético em que cada passo – premissas maior + menor e discurso – deve-se mostrar os prós e os contra.

O público, em geral, não acompanha os raciocínios cientificamente montados. Nem todos os homens estão preparados para tanto e o discurso se tornaria extremamente enfadonho.

As opiniões comuns possuem um caráter de verossimilhança que consideradas sob o aspecto da credibilidade são prováveis. O uso comum desse tipo comum de argumentação se dá de forma que ora se omite a premissa maior, ora a menor, ficando um delas subentendida; ou mesmo pode ocorrer que a conclusão fique a cargo do ouvinte.

Para atingir seu objetivo, que é a persuasão, a retórica, além do entimema, utilizará o “exemplo” que não implica mediação lógica de qualquer gênero, “mas torna imediatamente evidente o que se quer provar. O exemplo corresponde à indução lógica, enquanto responde a uma função perfeitamente análoga” (Confira G. Reale, 476).

“Dado que é evidente que o método conforme a técnica se refere aos argumentos retóricos, e os argumentos retóricos são uma espécie de demonstração (pois acreditamos sobretudo quando consideramos que algo foi demonstrado), a demonstração retórica é um entimema, e este por assim dizer, o mais importante dos argumentos, e como o entimema é um silogismo e o estudo do silogismo é tarefa da dialética, de toda ela ou de parte dela, é evidente que aquele que melhor pode conhecer as premissas e como gera-se o silogismo, este será o mais hábil nos entimemas, pois compreende a que se aplica o entimema e que diferenças possui em relação aos silogismos lógicos” (Retórica, A 1, 1355 a 3-145).

A relação entre os instrumentos lógicos do discurso retórico, os entimemas e o exemplo, extrapola a obra a Retórica; Aristóteles irá referir-se em outras obras como os Primeiros e Segundos Analíticos (A 1) e nos tópicos.

Tais indicações é ele mesmo – Aristóteles – quem nos dá; encontra-se manifesta em tal preocupação a intenção da tipologia dos discursos possíveis; seus limites, seu objeto e seu método, ou seja, sua técnica: “a cerca da persuasão mediante demonstração ou demonstração aparente, assim na dialética existe a indução, o silogismo e o silogismo aparente, também aqui se dá de modo semelhante: pois o exemplo é uma indução, o entimema um silogismo (o entimema aparente um silogismo aparente). Chamo entimema ao silogismo oratório e exemplo à indução oratória. Todos (oradores) fornecem as provas através da demonstração, através de exemplos ou de entimemas, e fora destes nada mais; por isso, se em geral é necessário que se demonstre qualquer coisa, ou pelo silogismo ou pela indução (isto é claro nos Analíticos B 23, 68 b 13; I 1, 71 a 5; infra 1368 b 13), é forçoso que cada um desses dois métodos seja igual em ambas as partes. A diferença entre o exemplo e o entimema está clara nos tópicos (II 100 a 25 e 12, 105 a 13 – lá se falou primeiro do silogismo e da indução). A demonstração de que uma coisa é de certo modo, partindo de muitos casos semelhantes, nos tópicos e indução, aqui exemplo; ao invés, quando a partir de certas premissas resulta algo diferente e ulterior pelo fato de as premissas serem tais, seja universalmente, seja na maioria dos casos, isto ali (nos tópicos) é silogismo, aqui entimema (Retórica, A 2, 1356 b 35 – b 17). Alguns saberão, no exercício da retórica, usar mais os exemplos, outros os entimemas, pois ambos possuem a força necessária para persuadir (Retórica, A2, 1367 a 20-25).



Os discursos dialético e retórico, como já acenamos, são aqueles mais familiares para Aristóteles. Platão identificou a dialética com a própria filosofia e a opôs às demais formas de conhecimento, apontando-a como o caminho para atingir e relacionar as Idéias Eternas, portanto como sendo a ciência por excelência (episteme).

Aristóteles tratará do discurso dialético nos Tópicos e nos Elencos, duas obras que compõem o Organon.

A palavra dialética deriva do verbo grego *dialoghestai*, que significa discutir. Em Aristóteles, a dialética perderá o caráter de ciência suprema e passa a ser parte da lógica. Constituirá o discurso amplo das probabilidades. Ainda não é o discurso científico propriamente dito, baseado em princípios necessários e evidentes. Aristóteles enquadrará a dialética, como veremos, no esquema silogístico, mas enquanto “o silogismo demonstrativo move a partir de premissas cuja veracidade

é previamente definida cientificamente, o silogismo dialético[19] move de premissas cuja veracidade não é definida previamente, mas que é somente provável, isto é, de teses não manifestamente fundadas, admitidas mais ou menos em geral. O seu uso típico é aquele que ocorre no debate político e jurídico; onde se assume provisoriamente a tese sustentada pelo adversário, na intenção de colocar às claras a invalidade fazendo derivar dela conseqüências que resultam inaceitáveis”[20].

A função do discurso dialético ultrapassa o lado puramente prático e se torna o método por excelência da exposição. Mesmo não identificando-se com a ciência, é o mais útil para expô-la e fazer avançar a razão na aplicação dos próprios princípios científicos. “Por três formas é útil: como exercício, nos encontros quotidianos casuais, e nas ciências filosóficas. Que seja útil como exercício é por si mesmo óbvio, pois que o domínio deste método nos capacitará mais para argumentar acerca do tema proposto. É também útil nos fortuitos encontros do dia a dia porque, uma vez inventariadas as opiniões do vulgo, poderemos confrontar-nos com ele no campo das suas próprias opiniões, e não no capô dos dogmas (...), que lhe são estranhos, deitando abaixo todo o argumento que nos não pareça bem fundamentado. Quanto ao estudo das ciências filosóficas, a possibilidade de trazer os argumentos pró e contra às diaporias (...) levar-nos-á a descobrir com maior facilidade a verdade e o erro em cada caso. Outra utilidade ainda, quanto aos princípios primeiros de cada ciência: é impossível sujeitá-los a discussão a partir dos mesmos princípios da ciência particular em causa, posto que os princípios são os elementos anteriores a tudo o mais; estes devem discutir-se à luz e em virtude das opiniões prováveis relativas a cada um deles, e esta tarefa é própria, ou mais apropriada, à dialética porque, em virtude da sua natureza indagadora, ela nos abre o caminho aos princípios de todo o método”. (Tópicos, 101 b)

Portanto, “o silogismo dialético serve para tornar-nos capazes de discutir e, em particular, individualizar, quando discutimos com as pessoas comuns ou com as pessoas cultas, quais são os seus pontos de partida e o que, nas suas conclusões, concorda ou não com eles, não a partir de pontos de vista estranhos a eles, mas no seu próprio ponto de vista: ensina-nos a discutir com os outros, fornecendo-nos os instrumentos para sintonizar com eles... Serve à ciência, não só para debater corretamente os prós e os contras das várias questões, mas para acertar os primeiros princípios que, sendo silogisticamente irreduzíveis, só podem ser captados indutiva ou intuitivamente; mas tanto a indução como a justificação de uma intuição supõem uma discussão com as opiniões da maioria ou dos sábios”[21].

Se o instrumento lógico do discurso dialético é o silogismo fundado sobre premissas ou proposições cuja credibilidade baseia-se na opinião provável, na discussão pode ocorrer o uso inadequado, falacioso das proposições e comprometer o escopo do método dialético. Assim Aristóteles define a forma de argumentação dialética – o silogismo -, explicita o conteúdo das premissas e indica as falácias das formas tendenciosas. “Cumpre-nos, em primeiro lugar, definir o que é um silogismo e quais as suas variedades, a fim de entendermos o que é o silogismo dialético, uma vez que ele será o objeto da nossa investigação... O silogismo é um argumento em que, dadas certas proposições, algo distinto delas resulta necessariamente pela simples presença das proposições aduzidas. O silogismo é uma demonstração quando parte de premissas evidentes e primeiras, ou de premissas tais que, o conhecimento que temos, radica nas premissas primeiras e evidentes. É dialético o silogismo que conclui a partir de premissas prováveis... Prováveis são as opiniões recebidas, por todos, ou pela maioria, ou pelos sábios, e, entre estes últimos, pelos mais notáveis e pelos mais ilustres.” (Tópicos, 1. 100 a-b).

É na formulação das preposições que compõem os argumentos e problemas dialéticos que Aristóteles expõe analiticamente os elementos deste tipo de discurso. Tais elementos e sua disposição nas premissas é que darão validade e coerência à argumentação dialética e evitará aqueles falaciosos (Tópicos, 101 b ss – 1036).

Tanto as proposições quanto os problemas dialéticos são as “opiniões comuns, ou da maioria, ou as dos sábios, e, entre estes, as de todos, ou as da maioria, ou dos mais famosos e também as opiniões contrárias às que parecem comumente aceitas; ou todas opiniões conformes ao ensinamento das artes” (Tópicos, 105 b). Essas proposições abarcam três campos: o ético, o físico e o lógico. Éticas são aquelas proposições como: deve obedecer-se antes aos pais ou às leis, no caso de haver discordância entre os dois? Lógicas: a ciência dos contrários é, ou não, uma e a mesma? Físicas: o cosmo é eterno ou não? (Tópicos, 105 b). No campo do discurso dialético não ocorre tratar o conteúdo das proposições a partir da evidência de cada assunto, basta a opinião[22]. Do contrário, seria um discurso analítico de vastidão incomensurável, exigiria uma mente sobrehumana e disso Aristóteles estava ciente.

As proposições que compõem os argumentos sempre expressam aquilo que é gênero, ou aquilo que é o próprio, ou a definição – que indica a essência – ou ainda o acidente. “Se examinarmos as proposições e as questões uma por uma veremos que cada uma delas provém, seja da definição[23] de um sujeito, seja do próprio[24], seja do gênero[25], seja do acidente[26]. O exame das proposições se faz através da análise de casos particulares, através da indução.

Estes predicáveis contêm as categorias, que são os modos mais gerais e possíveis de distribuir todo tipo de conceito.[27]

Da relação entre os predicáveis e as categorias capta-se o senso analítico de Aristóteles, que definitivamente descreverá o pensamento humano dentro de uma vastidão ilimitada de possibilidades de dizer o ser e suas propriedades. Em segundo lugar, indicará os movimentos formais possíveis do intelecto (Tópicos, 104 a – 104 b ss)[28]

Mais que a técnica, a arte, do discurso dialético nos interessa a sua natureza e seu objetivo. Isto é, identificá-lo como uma racionalidade válida, que possui uma utilidade no “espaço vital” do conhecimento humano e sua transmissão. Assim podemos concluir com Olavo de Carvalho:

O discurso é sempre movimento, isto é, passagem de proposição(ões) a outra proposição com o intuito de convencer, mesmo se não visa em todas as suas formas à verdade, a ela se tende, e o discurso dialético procura convencer “por meios racionais independentemente da vontade do ouvinte e ou mesmo contra ela. Para que isto se torne possível, não é necessário outra condição preliminar sendo que o ouvinte admita a arbitragem da razão e aceita algumas premissas em comum com o orador, geralmente tiradas das crenças correntes do seu meio social ou cultural, do senso comum ou do consenso científico (...) O discurso dialético que o ouvinte tem apenas de confiar no seu próprio poder de raciocínio e nas premissas geralmente admitidas; o rumo do discurso será controlado pelo próprio ouvinte, sempre pronto a rejeitar as conclusões que lhe pareçam escapar da seqüência lógica. A credibilidade do discurso dialético depende, portanto, exclusivamente de dois fatores:

1º o ouvinte tem de se comprometer a seguir a lógica do argumento e a aceitar como verdadeiras as conclusões que não possa refutar logicamente.

2º é preciso encontrar um terreno comum de onde tirar as premissas.

Essa credibilidade depende do grau de cultura do ouvinte e de sua honestidade intelectual. O discurso dialético dirige-se a um ouvinte racional e razoável, que pretende conduzir-se de maneira racional e razoável, que aceite submeter sua vontade à razão, e que possua alguns conhecimentos em comum com o orador. Seu sucesso depende de que encontre um ouvinte nessas condições”[29]

## Notas:

[1] Denomino aqui idealismo a postura platônica que coloca o fundamento das realidades materiais, assim como, dos conceitos nas Idéias Eternas, arquétipos exemplares do mundo fenomênico e epistêmico. Realismo, por sua vez, denomino o posicionamento aristotélico em que a verdade das coisas se fundamenta nas próprias coisas, na realidade ontológica, nas substâncias variadas de naturezas diversas. Para um aprofundamento dos modelos epistemológicos, indico:

NACCARATO, Miguel. Dois modelos epistemológicos: platonismo agostiniano e aristotelismo tomista. In:

Síntese Revista de Filosofia, Vol 28, nº 90, Jan-abril/01, São Paulo: Loyola. HESSEN, J. Teoria do Conhecimento. Studium

[2] Aristóteles nasceu em Estagira, em 384 e morreu em Calcides no ano de 322 a.C. Seu pai era médico na corte macedônica. No ano de 367, em Atenas, entrou para a Academia, fundada e conduzida por Platão, onde permaneceu até a morte de seu mestre, em 347.

[3] Conf.: Enciclopédia Garzanti di Filosofia, p.46

[4] Aristóteles, além de escrever obras exclusivas para os seus discípulos, isto é, para os especialistas – obras esotéricas -, escreveu também para o grade público – obras exotéricas -. Estas últimas ser perderam. Tal procedimento demonstra as possibilidades de dizer as complexidades filosófico-científicas para os não iniciados.

[5] A distribuição das obras de Aristóteles como a conhecemos hoje, é obra de Andrônico de Rhodes que no I século a.C., por ordem de Silas, realizou tal catalogação.

[6] “... Em 1939, Jean Marie Le Blond sustentara a existência em Aristóteles, de uma profunda diferença entre lógica e método (...). Em 1960... no segundo encontro... da Symposia Aristotelica organizados por Ingemar Diering e inaurugada três anos antes em Oxford..., além de Werner Jaeger e de Sir David Ross..., enfrentou-se. .. em Louvain, o tema Aristóteles e os problemas do método. A importância do fenômeno foi confirmada e acrescida pela publicação... de alguns grandes livros de Aristóteles, que contribuíram para desfazer quase totalmente o estereótipo consagrado pela tradição escolástica (e moderna), redescobrimo nele um pensador essencialmente problemático, dedicado ao emprego de instrumentos de investigação considerados descobertas recentes, como a análise da linguagem ou a dialética entendida no antigo sentido do termo, e por isso... mais atual exatamente pelos métodos por eles praticados – Refiro-me ao livro... de Wolfgang Wieland, estudioso próximo à filosofia analítica, sobre a física aristotélica, e as de Pierre Albenque, estudioso de tendências heideggerianas, sobre a metafísica.”

BERTI, Enrico. As razões de Aristóteles. São Paulo: Loyola, p. XII/ XVI

[7] Conf.: op cit, p. XIV e XV.

[8] CARVALHO, Olavo de. Aristóteles em nova perspectiva. Top Brooks, 1996.

[9] O critério que norteia a tese que estamos expondo é o próprio postulado realista de Aristóteles, isto é, a lógica e todo aspecto epistemológico-linguístico pressupõem a ontologia. Assim, o pensamento se define pela sua relação com a realidade, com o ser tomado no seu sentido mais analógico. O pensamento sempre expressa o ser ou um dos aspectos do ser. Expressa a substância ou um dos acidentes. De forma que seria impossível falar de um pensamento puro ao estilo kantiano dentro do pensamento aristotélico.

[10] Física, II 2, 194 a 21; 8, 199 a 15

Ética a Nicômaco, Vol.15, 1140a 10-14; 1140b 6-7

Metafísica. Nesta obra são várias as partes nas quais o autor se refere à arte: I 1, 981 a 5-12-24; 982 a 1, 3; VII 7, 1032 a 32; VII 9, a 24; XII 3, 1070 a 15 De partibus animalium, I 1, 640 a 31

[11] Poética, trad. Eudoro de Souza. São Paulo. Abril Cultural, Os Pensadores; 1984. Arte Retórica. Trad. Antônio Pinto de Carvalho, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1954.

Também foi utilizada a edição espanhola de Antônio Tovar (Madrid, 1953), devido à abundância de referência bibliográfica e o texto grego à parte.

[12] República, 606 d

[13] “Transporte do gênero para a espécie: Aqui minha nave se deteve; pois o ‘estar ancorado’ é uma espécie do gênero ‘deter-se’. Transporte da espécie para o gênero: ‘Na verdade, milhares e milhares de gloriosos feitos de Ulisses levou a cabo’, porque ‘milhares e milhares’ está por ‘muitos’, e o poeta se serve destes termos específicos, em lugar do genérico ‘muitos’. ‘Tendo-lhe esgotado a vida com seu bronze’ e cortando com o ‘duro bronze’ são exemplos de transporte de espécie para espécie” (Poética XXI, 130, 131, 132, 133, 134 e 135).

[14] Aristóteles escreveu o Grilo em homenagem ao filho de Xenofontes, morto na guerra em 362.

[15] Conf. Giovanni Reale, História da Filosofia, Vol II, p. 471.

[16] Luiz Rodhem, O poder da linguagem – A arte retórica de Aristóteles. Coleção Filosofia EDIPUCRS, 1997. Esta obra analisa de forma sumária a questão da Retórica em Aristóteles.

[17] Cf. Retórica, A 2, 1356 a 35.

[18] O entimema é formado por premissas verossímeis e por exemplos. Além da Retórica, Aristóteles tratará dessa forma de argumentação silogística nos Primeiros analíticos (II, 27, 70, a 10).

Reserva-se atualmente a denominação de entimema a todo silogismo truncado, isto é, em que uma das premissas é omitida “porque pode facilmente ser subentendida pela maioria ou pelo menos por quem falamos. Exemplos:

O selvagem é homem, logo merece ser respeitado.

– “O homem merece ser respeitado; logo também o selvagem.

O Estado existe; logo tem governo. A lua é um corpo, logo possui gravidade. Etc.

Nas conversações, ocorre a omissão dos princípios universais das ciências que já são de domínio público. Essa espécie de argumentação é de uso freqüente na conversação e nos escritores que raramente exprimem todas as proposições; além de que o nosso espírito ama que se lhe deixe alguma coisa para ele por si suprir.” (Cf. Fernando Rangel, *Compêndio de lógica*. Ed. *Jornal do Brasil*, 1927, p. 140-141)

[19] “É dialético o silogismo que conclui a partir de premissas prováveis (...). Prováveis são as opiniões recebidas por todos, ou pela maioria, ou pelos sábios, e entre estes últimos, pelos mais notáveis e pelos mais ilustres”. (Tópicos 100a, 100b)

[20] *Enciclopédia Garzanti de Filosofia*, p. 46

[21] Conf. Giovanni REALE, p. 466.

[22] “Em filosofia é necessário estudar estes temas segundo a evidência, mas em dialética basta atermo-nos à opinião”. (Tópicos, 105 b)

[23] “Definição é uma oração que significa o que é o sujeito (...) O próprio da definição deve ser reconhecido em casos como o honesto é belo ou ainda na questão – a sensação e a ciência são o mesmo ou distintos? ... Nas definições ocupamo-nos sobretudo do aspecto de identidade ou da diferença (...) Podemos conceder caráter de definição a tudo quanto se situa no campo da pesquisa como as definições” (Tópicos, 102 a).

[24] Próprio é o que decorre necessariamente da essência de um sujeito “de maneira que é com ele convertível, por exemplo, é próprio do homem a capacidade de aprender gramática, porque se A é homem, é capaz de aprender gramática, e se é capaz de aprender gramática, é homem” (Tópicos, 102 a)

[25] Gênero é o que se predica por essência de múltiplos sujeitos que diferem em espécie. Por exemplo, a idéia de animal é gênero porque expressa um elemento comum – a animalidade – a vários sujeitos de espécies diferentes, como o homem, o boi, etc. (Cf. Tópicos, 102 a e 102 b).

[26] “Acidente é o que pode ser ou não característica de um só e mesmo sujeito, seja ele o que for. Ex.: estar sentado pode dizer-se ou não se dizer de um determinado sujeito. (Tópicos, 102 b)

[27] Para uma breve consideração dos predicáveis e das categorias, podemos dizer que estas últimas compõem o predicado das proposições e indicam os modos, as determinações do ser, isto é, da realidade. São os predicados fundamentais das coisas expressas na linguagem: “A predicação afirma às vezes o que uma coisa é, às vezes a sua qualidade, às vezes a sua quantidade, às vezes a sua relação, às vezes aquilo que faz ou o que sofre e às vezes o lugar onde está ou o tempo, segue-se que tudo isso são modos do ser” (Metafísica, V, 7, 1017 a 23 ss). As categorias são em número de dez: substância, quantidade, qualidade, relação, ação, paixão, posição, tempo, lugar e hábito.

Os predicáveis são os diversos modos como o sujeito e o predicado se relacionam, portanto são elementos da proposição, as coisas podem ser atribuídas ao sujeito na condição de gênero, de espécie, de diferença, de próprio ou de acidente. Exemplo: o homem é animal (gênero); o homem é humano (espécie), o homem é animal que fala (próprio), o homem é animal racional (diferença específica), o homem está sentado (acidente).

Aristóteles nos Tópicos (1, 4, 1016) indicou somente quatro predicáveis, a definição, o próprio, o gênero e o acidente. Posteriormente, Porfírio irá decompor as classes de predicados em gênero, espécie, diferença, próprio e acidente. Tal é a divisão corrente.

[28] “Os movimentos formais” são de suma importância no estudo da lógica – indução, dedução e as várias formas de argumentação com a análise das proposições e suas relações. No momento não nos cabe tal assunto, pois merece consideração à parte.